



ISSN: 1988-7833

Octubre 2015

INTEGRAÇÃO SOCIAL E TRABALHO NA COLÔNIA MODELO DE ANDIRÁ DOS ANOS 1930, FRONTEIRA AMAZÔNIA CENTRAL, BRASIL

Renan Albuquerque Rodrigues

(Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas)

Basílio José Tenório de Souza

(Membro Titular da Academia Parintinense de Letras/AM e do Instituto Geográfico e Histórico de Parintins/AM)

Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade

(Professor Assistente da Universidade Federal do Amazonas)

Resumo

A meta foi descrever, a partir de reflexões sobre acontecimentos históricos, em que medida se deu o breve período de funcionamento da Colônia Modelo de Andirá, em Barreirinha, Baixo Amazonas, Estado do Amazonas, Brasil. A metodologia utilizada perpassou leituras bibliográficas e entrevistas com pessoas que tiveram envolvimento direto ou indireto com a Colônia. Priorizou-se entendimento de como se deu a integração social e o trabalho entre imigrantes japoneses e caboclos amazônicos.

Palavras-chave: imigração japonesa; koutakuseis; trabalho; Amazônia/BR.

Abstract

The aim was to describe, from reflections on historical events, how happened of operation of the Colony Model Andirá in Barreirinha, Nether Amazon River, Amazonas State. The methodology applied was the literature readings and interviews with people direct or indirect involved with the Colony. Prioritized understanding of how they integration relationships and work those japanese immigrants and the amazonian traditional peoples.

Keywords: japanese immigration; koutakuseis; work; Amazon/BR.

Resumen

El objetivo fue describir, a partir de reflexiones sobre los acontecimientos históricos, en qué medida se ha dado el breve período de funcionamiento de la Colonia Modelo Andirá en Barreirinha, Bajo Amazonas, Estado de Amazonas. La metodología impregnó lecturas de literatura y entrevistas con personas que tuvieron participación directa o indirecta en la Colonia. La comprensión fue priorizada para cómo funcionan y las relaciones sociales entre los inmigrantes japoneses y los caboclos amazónicos.

Palabras clave: inmigración japonesa; koutakuseis; trabajo; Amazonia/BR.

Introdução

Objetivou-se verificar, em termos das relações de integração social e do trabalho, aspectos da vida na Colônia Modelo de Andirá, sítio projetado para funcionar em função do plano nacional de colonização japonesa da Amazônia, na década de 1930, no Governo Vargas. A Colônia Modelo foi construída no município de Barreirinha, divisa do Estado do Amazonas com o Pará, na embocadura do Rio Andirá, Amazônia Legal, Brasil.

A localidade foi povoada com objetivo inicial de ser área para geração de empregos diretos e indiretos a imigrantes nipônicos que procuravam possibilidades de ocupação laboral na época do regime imperial nipônico, que culminou no apoio do Japão às potências do Eixo, Alemanha e Itália, na Segunda Guerra.

Na Colônia Modelo, empregos foram gerados a partir do cultivo de plantas nativas e do comércio de especiarias, possibilitando dividendos também a caboclos e ribeirinhos amazônidas, mas o declínio das atividades não tardou. Do plano inicial restaram memórias, dada a falta de planejamento que levou à finalização compulsória do assentamento colonial.

Pretendeu-se explorar historicamente o projeto de colonização na Amazônia a partir de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Instituto Geográfico e Histórico de Parintins (IGHP) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Almejou-se recorte transversal do período para inferências, pautadas a partir de análise documental e depoimentos.

Em campo, foram realizadas visitas ao local onde se deu o entreposto administrativo da Colônia e colhidas entrevistas diretamente de pessoas que ainda moram entre a Vila de Barreira do Andirá e o vilarejo de Laguinho do Andirá, município de Barreirinha/AM-Brasil, entorno de onde foi instalada a Colônia Modelo e trabalharam japoneses na época da década de 1930.

Um dos participantes do estudo, Lacir da Silva, o Baixote, serviu de guia na pesquisa. Ele apontou marcos da Colônia Modelo em termos históricos e territoriais, o que auxiliou na reflexão sobre aspectos funcionais daquele espaço projetado para ser sítio da imigração japonesa no Baixo Amazonas, que teve seu auge em época de entreguerras, precisamente até antes do fim da Segunda Guerra Mundial.

Coautor do artigo, Basílio José Tenório da Silva é contador de histórias e causos populares sobre a Amazônia. Tem grau acadêmico em História e mestrado

em Sociedade e Cultura na Amazônia, sendo caboclo nascido e criado em Nhamundá/AM, município do Baixo Amazonas. Filho de índia com português, sua narrativa acerca dos modos de vida no bioma, e em específico sobre a Colônia Modelo de Andirá, propõe reflexões sobre o assentamento em função de orientações territoriais contemporâneas.

Por meio de revisão sobre registros documentais familiares, dado que pai e sogro de Basílio trabalharam diretamente na Colônia Modelo do Andirá no passado, observou-se em que medida tendeu a ocorrer a extinção do assentamento a partir da década de 1940. Devido seu conhecimento popular, nos últimos dez anos Basílio foi eleito membro por notório saber da Academia Parintinense de Letras/AM e do Instituto Geográfico e Histórico de Parintins/AM.

Referencial teórico

Integração social

Definições concernentes a integração social tem sido descritas a partir da ideia de laço ou relação interpessoal (PILLEMER e GLASGOW, 2000). O significado está diretamente associado a pertencimento e envolvimento sociohistórico (BARRERA, 1986). Casamento, consanguinidade, parentesco e compadrio são exemplos de possibilidades de integração social.

Relações de integração social associam-se a bem estar físico e psicológico, portanto tendem a ser compreendidas como ações decorrentes de estados corporais e mentais que podem ajudar na interpretação e até mesmo mensuração de taxas de sanidade de indivíduos e comunidades (GEORGE, 1996).

Integração social pressupõe o entendimento do papel de certo número de membros numa rede de relações e da intensidade da pertença que o grupo, em si mesmo, possui ante a seus modos de vida. A partir da questão, a Teoria das Trocas Sociais (BLAU, 1964; DOWD, 1975), perspectiva que enfoca a equidade de interconexões entre atores sociais, é valiosa para auxiliar na constituição do entendimento de integração social no estudo em tela.

Nesse âmbito, importou sublinhar registros documentais os quais serviram de base para se ponderar sobre integrações entre pessoas e grupos da época da fundação da Colônia Modelo do Andirá até o rápido declínio.

Trabalho

O significado do conceito de trabalho, enquanto mercadoria a ser trocada ou vendida, é atributo de seres humanos indiscutivelmente (LESSA, 2006). E assim como hoje o é, no passado estudado da Colônia Modelo do Andirá a ideia era similar. A definição de trabalho estava permeada pela noção de que quantidade de produção significava competência (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

Chomsky (2002), recentemente, ao problematizar o trabalho em termos da proposta de globalização em voga, em meio a conjecturas sobre tempos passados e o presente, entende que se trata hoje, basicamente, o trabalho, de atividade discriminada enquanto mera perspectiva de ocupação de tempo, preenchendo processos predatórios em nome de lucros não aderentes ao labor, seja local ou multinacional.

Portanto, para ele, o processo de mundialização produtiva fomentou uma classe trabalhadora que mescla dimensões locais, regionais e nacionais com a esfera internacional. O trabalho, enquanto embasamento para a pesquisa, foi compreendido como atividade humana multirelacionada, a qual na maioria das vezes não responde a anseios individuais de satisfação psicossocial com a produção (MANDEL, 1986; ANTUNES, 2002).

Antigamente, assim como hoje, tendia-se a crer que a ocupação da Colônia Modelo do Andirá não tinha sido feita por motivos trabalhistas, mas sim por uma contingência histórica da realidade. E foi nesses termos que se optou por fazer levantamento acerca da problemática vivida naquela localidade amazônica.

Resultados e discussão

A criação da Colônia Modelo sem atos de integração

A história da Colônia Modelo de Andirá se inicia antes dos anos 1930. Sá (2010) indica que remonta a 1905, mais precisamente quando o Japão havia vencido a batalha contra a China e passava por próspero momento de expansão industrial. O ocorrido deu-se em sacrifício de parte da zona rural do país.

Na mesma época, duas razões levaram estadistas japoneses a incentivarem empreendimentos voltados ao estabelecimento de colônias em demais países ou continentes: i) extrema densidade populacional e ii) reduzida quantidade de terras agricultáveis.

Surgiram, então, as primeiras companhias de organização para trânsito migracional, entre as quais a Companhia Imperial de Emigração, fundada por Riu Mizuno. Este, ao fazer a primeira viagem à Amazônia, em meados da década de 1920, procurou efetivar encaminhamentos políticos para que Tsukasa Uyetsuka negociasse com o governo do Amazonas a vinda de japoneses para o bioma.

A intenção se deu em torno de proposta de povoar o território amazonense e parte da Amazônia oriental. O bioma era compreendido pelo governo brasileiro como área de vazio demográfico e eficiente a plantios domésticos. Além do mais, a tentativa de recriar a natureza a partir da proposta desenvolvimentista de Vargas tendia a orientar a economia brasileira e o comércio interamericano sem inferir sobre o significado da vida em sociedade e do trabalho a amazônidas.

Por força de acordos, ficou estabelecido que seria implantado projeto para a colonização japonesa no início dos anos 1930 no bioma e que a juta seria a cultura a ser beneficiada pelos imigrantes. A partir de acerto diplomático, seria criada a Colônia Modelo de Andirá próximo à fronteira do Amazonas com o Pará.

A Associação Koutaku do Amazonas (2011), em seus anais, registra que negociações entre governo do Amazonas e governo japonês começaram em janeiro de 1928 e envolveram viagens ao bioma por parte dos japoneses. A meta era procurar localidade propícia que correspondesse à ideia nipônica de projeto de colonização, pensada pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão com o aval do Brasil.

Dois anos depois, em razão da ascensão de Getúlio Vargas ao poder na Presidência da República, Álvaro Botelho Maia foi indicado como interventor federal no Estado do Amazonas e passou a coordenar negociações locais do projeto.

21 de novembro de 1930. Em Manaus, Tsukasa Uyetsuka visitou o interventor do Estado do Amazonas para apresentar o relatório da área demarcada da "Concessão das terras". O interventor Álvaro Botelho Maia assinou no requerimento a concessão de terras de um milhão de hectares (UYETSUKA, 2001, p. 14).

O termo de concessão de terras proposto entre Brasil e Japão acabou sendo mais amplo que o acordado inicialmente. Áreas dos municípios de Parintins, Barreirinha e Maués, alocadas na mesorregião do Baixo Amazonas, a leste da

capital Manaus, foram inseridas no trâmite, correspondendo a 700 mil hectares de florestas, entre terra firme, igapó e várzea.

A perspectiva era assentar 10 mil famílias de imigrantes japoneses que estariam dispostas a trabalhar com agricultura na Amazônia ao longo das margens do rio Amazonas. O acordo foi assinado pelo preposto do Ministério das Relações Exteriores do Japão no Brasil, Tsukasa Uyetsuka, que representava nipônicos para negócios da política de colonização japonesa no continente Sul-Americano.

Objetivando sediar a representação do governo do Japão e demais interesses referentes a processos de instalação na Amazônia, Uyetsuka comprou a propriedade Vila Batista, na embocadura leste do Paraná do Ramos/AM, onde mandou construir a Vila Amazônia, hoje um assentamento federal que faz parte do município de Parintins, na fronteira do Amazonas com o Pará.

Mas se Uyetsuka dispunha de 700 mil hectares de terras doados pelo Estado e a promessa era que ele receberia, proveniente do acordo, mais 300 mil hectares como bônus, porque então o governo japonês comprou a Vila Batista? Acredita-se que, se o objetivo do governo japonês era a produção de grãos destinada ao Japão, navios de grande calado não poderiam entrar e fazer manobras no Paraná do Ramos, também área de Parintins, em razão do leito ser estreito, raso e sinuoso.

Por contingência, houve necessidade da compra da Vila Batista – culminando, assim, como consequência, a Vila Amazônia não ter sido erguida na embocadura do Rio Andirá. Uyetsuka retornou ao Japão após o acordo e decidiu providências relacionadas ao comércio na região.

Além dos acordos diplomáticos em âmbito internacional o governo japonês e a iniciativa privada organizaram empreendimentos comerciais no Japão para venderem e captarem recursos e interesses para trabalhar na Amazônia. Montaram escolas de colonização destinadas à captação de mão de obra para trabalhar em terras consideradas exóticas e selvagens [...] Formaram empreendedores que sonhavam desbravar a imensidão das terras no novo mundo com as suas riquezas imagináveis (MUTO, 2010, p. 15).

O local é o mesmo que Uyetsuka (2001) denominou de “Escola Superior de Agricultura”, onde se tinha como proposta atrair e preparar jovens japoneses para serem enviados à Amazônia. Aos jovens que partiriam rumo ao bioma tropical foi dado o título de koutakuseis. Em 1931, desembarcava a primeira turma de koutakuseis em Vila Amazônia.

Conforme o preparo de cada um deles, um grupo ficava na Vila enquanto outro era enviado à Colônia Modelo de Andirá, onde trabalharia para erguer entreposto administrativo à margem direita da embocadura do Rio Andirá e abrir estrada para escoamento da produção, planejada para ser colhida na segunda metade da década de 1930.

No primeiro grupo, havia médicos, monges, mecânicos e gestores; no segundo, meteorologistas, extensionistas e botânicos. Se registrava, entretanto, koutakuseis atuando ao mesmo tempo na Colônia e em Vila Amazônia, os quais eram agrimensores, engenheiros e arquitetos.

Na Colônia Modelo, segundo Lacir da Silva (Entrevista de Campo, 2014), enquanto se construíam hospital, armazém, trapiche, residências de técnicos e administradores, oficinas, garagem para carro de boi, cadeia pública e demais prédios, construía-se, também, a “estrada dos japoneses”, entre a foz do Rio Andirá e a comunidade de Santa Luzia, no rio Uaicurapá, território de Parintins.

A proposta da estrada era, além de possibilitar tráfego do excedente produzido, funcionar como caminho para se chegar até a Colônia Modelo, o que seria um ganho temporal para a perspectiva desenvolvimentista do governo brasileiro de Getúlio Vargas, inspirado em sociedades industriais da época.

Em 1933, tendo chegado à Colônia a terceira turma de koutakuseis, bem como as primeiras famílias de colonos, iniciaram-se derrubadas florestais para a construção da estrada dos japoneses, cuja mão de obra provinha de localidades do Médio e Baixo Amazonas, sobretudo do município de Juruti, no Pará. Assim começaram a se dar relações sociais de integração e trabalho entre caboclos e imigrantes japoneses na Colônia Modelo de Andirá.

Essas relações eram arqueadas em função de um modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro que desregrava a constituição das pessoas. Ao adotar a postura, o governo varguista indiretamente reconhecia a fragilidade em promover qualidade de vida à população da Amazônia (SILVAN, 2009).

Ademais, se a intenção de ocupar a floresta estava ligada somente à doutrina de segurança nacional, cuja base era sustentada na desimportância dos amazônidas para a construção do território nacional, a lógica da vida em comunalidade em mais ou menos tempo seria fragmentada ao ponto de rupturas.

O cotidiano controverso do trabalho

O trabalho contábil e de secretariado na Colônia Modelo de Andirá era extensão do mesmo serviço administrativo realizado na Vila Amazônia. O gerente-geral era conhecido por Tugi. Poucos relatos orais sobre ele foram conseguidos. O sabido é que prestava atividade em Barreira do Andirá e Vila Amazônia, ao que se entende a prática como presença direta na zona de produção.

Na Colônia, Kawakami era o gerente imediato, enquanto que da ordem pública cuidava o Tenente Óti. Este era homem cortês, sorridente, mas rigoroso na coerção e vistoria diária entre os colonos: pretendia que nada lhe escapasse. Se não estava fiscalizando atividades laborais na estrada dos japoneses, podia ser encontrado na delegacia ou na “saia-preta”.

Saia-preta era como se denominava a prisão localizada na administração da Colônia Modelo de Andirá. Prédio arredondado tendo o chão e as paredes – até mais ou menos 1,5m de altura – pintados em cor preta. Daí até a base do telhado, em cor branca. Saia-preta, portanto, era a denominação metafórica do local.

A saia-preta estava sempre povoada de caboclos e japoneses e o motivo desse povoamento era, não raro, briga por falta de pagamento de alguma mercadoria comercializada internamente ou a chamada “esperteza de japonês” contra trabalhadores nativos – o que causava entreveros de trabalhadores.

A manutenção da ordem pública era imperativa no rincão por conta de aglomerados que iam se formando em função da Colônia Modelo de Andirá. A propósito dela, prontas as derrubadas ao longo da estrada dos japoneses, depois da queima e limpeza por coivaras, procedeu-se ao plantio de campos de arroz.

Entre o germinar dos grãos e a colheita, koutakuseis e colonos erguiam as próprias casas e os respectivos celeiros. Na colheita do arroz, era utilizada mão de obra feminina, oportunidade em que se pagava por produção tendo como medida-padrão a lata¹. Uma experiência, aliás, que virou costume na Colônia.

A preferência em empregar mulheres na colheita, segundo Aderbal Kunimune, era porque “elas fofocavam, sim, mas o ritmo de trabalho delas era melhor e justamente por isso produziam mais do que homens e não bebiam cachaça”

¹ Diz-se de recipientes de gasolina enlatada. A lata de gasolina era equivalente a 20 litros.

(Entrevista de Campo, 2014). Se fossem casadas, eram pedidas a seus maridos para que as deixassem trabalhar; se fossem solteiras, eram pedidas a seus pais.

Em ambos os casos, o pagamento era em dinheiro. Não havia escambo para dívida de trabalho feminino. Era a ordem estabelecida na Colônia e tinha de ser cumprida. Do contrário, havia norma específica de detenção. Nos dois exemplos, existia compromisso entre caboclos e japoneses de ter sempre uma senhora japonesa zelando pela moral daquelas mulheres nos campos de arroz.

Para os caboclos, a preferência pelas mulheres tinha outra razão de ser; aliás, uma inquietação que complicava o cotidiano. Nos idos passados, era tradição festas pelo interior da Amazônia, sobretudo ao som de violinos. Violinistas autodidatas tocavam toada, balada, bolero, samba-canção e valsa. Exigia-se que, para adentrar ao salão da festa, o cavalheiro estivesse vestido de terno e gravata.

O problema para os caboclos não era estar de paletó, mas saber o ponto de confecção daqueles paletós, que de tão mal costurados “aqueles caboclos pareciam sapos vestidos enquanto que, os japoneses, seus ternos eram tão bem confeccionados que pareciam deputados naquelas festas” (ADERBAL KUNIMUNE, Entrevista de Campo, 2014).

Todavia, ponto considerável em favor dos caboclos era que eles sabiam dançar e os japoneses não. Os imigrantes nipônicos apareciam bem vestidos nas festas naturalmente para tentar conseguir parceiras. Era quando aconteciam brigas com os caboclos.

Seu mano, os japonês vinhum e num trazium mulhé. Chegavu aqui querendo as nossa mulhé; aí nós frescava logo. Eles erum brabu, seu mano, antão eles vinhum pra nós com caratê, nós enfrentava eles na purradatê e o panavoeiro cambava p'ras madrugada. Num foi uma nem duas, nem dez vez que acabemo na saia-preta, eles e nós. Nós se arriava, seu mano, mas nós não afruxava pra eles (CHICO BRÁS, Entrevista de Campo, 2014).

Na formação de família na Colônia de Andirá, casamentos ocorreram entre caboclos e imigrantes. Kunimune (Entrevista de Campo, 2014), por exemplo, casou-se com Rosa Maia e foi morar em Primor, propriedade privada dentro da Vila de Barreira do Andirá, pertencente à Balizária Maia, sua sogra, onde criou dois filhos, Aderbal e Adevanir.

Em Primor, resolveu-se a questão dos paletós, segundo Clarinda Gonçalves. “Kunimune desenhava os ternos, os cortava e dona Rosa Maia os costurava” (CLARINDA GONÇALVES, Entrevista de Campo, 2014). Eram tantas as encomendas que se organizaram para atendê-las. O resultado era visto nas festas.

“Já não se viam caboclos parecendo sapos vestidos, mas rapazes bem vestidos dançando com a gente”, finalizou a entrevistada (CLARINDA GONÇALVES, Entrevista de Campo, 2014).

Impactos da juta e da 2ª Guerra

Em 1933, antes de enviar a terceira turma de koutakuseis para a Amazônia, o governo japonês comprou do governo indiano sementes de juta e as mandou para a Colônia Modelo de Andirá. O colono Ryota Oyama foi o responsável pelo cultivo. No mesmo período, sementes foram distribuídas entre colonos e plantadas pela primeira vez em terras do Médio e Baixo Amazonas (UYETSUKA, 2001).

A cultura germinou, cresceu, mas se tornou juteira que não passava de pouco mais de um metro de altura, destituída de fibra. No ano seguinte, fez-se nova tentativa. Os resultados foram os mesmos. Segundo Aderbal Kunimune, o governo indiano teria enganado o governo japonês e, principalmente, a Tsukasa Uyetsuka, colocando-o em situação delicada junto ao Estado brasileiro.

A juta foi o real motivo do aval de Getúlio Vargas para a vinda de japoneses para a Amazônia, porém o foi em função da aniagem, objetivando o ensacamento do café, no vale do Paraíba. Aniagem era o processo de tecelagem da juta para servir ao encapamento de fardos de grãos em geral.

Não havendo produção de fibra de juta certamente não haveria Colônia Modelo de Andirá. O local, portanto, poderia ser desativado. E se houvesse nova alocação a imigrantes seria a partir de dolorosas e caras negociações (IKEGAMI, 2009). Partindo da premissa, Uyetsuka viajou ao Amazonas, após seguida derrocada da plantação, ao que novamente registra a Associação Koutaku do Amazonas (2011).

Tendo vindo do Japão e chegara no dia anterior com intuito de acompanhar in loco o projeto que iria fazer quatro anos no dia 21 de outubro [...] Mas o projeto que ele acreditava cegamente ser um sucesso e no qual investira recursos pessoais e todo seu prestígio, não ia bem. Ao chegar, encontrara uma colônia inteira em desespero. Resolveu então dirigir umas palavras aos

membros do projeto para dar-lhes alento e reacender novas esperanças [...] Quando desceu da plataforma após o discurso, um dos colonos chamado Ryota Oyama dirigiu-se a ele, mostrando uns poucos grãos de juta na palma da mão, e disse “descobri dois pés de boa qualidade no meu campo de juta”. Seria aquilo o acontecimento que faltava (ID., *op. cit.*, p. 9).

Em função dos grãos, a partir de 1934 a juta passava à condição de fator de riqueza no Amazonas. Ao fim dos anos 1930, colonos e koutakuseis haviam buscado locais estratégicos nos beiradões amazônicos para trabalhar a cultura, abandonando, em definitivo, a estrada dos japoneses e, portanto, a Colônia Modelo de Andirá – onde se pressupunha que fossem criados feudos produtivos.

Imigrantes japoneses passaram tanto a produzir quanto a financiar o beneficiamento da juta no entorno de onde trabalhavam. Com auxílio financeiro de atividades comerciais tratadas com regatões do Estado do Pará, ganharam a vida e prosperavam. Kunimune, porém, tendo optado pela confecção de ternos e demais vestuários, ficou no “Primor” junto com outras pessoas. Ou seja, mesmo precariamente, a Colônia Modelo de Andirá prosseguia funcionando.

A dispersão pela Amazônia dos koutakuseis por causa da juta não tardou, causando impactos ao longo da estrada dos japoneses. Os que ficaram ali trabalhando sentiram a partida dos que se foram. Um dos impactos iniciais foi o falecimento de Tayama Izumi, componente da primeira turma de imigrantes, chegada em 1931. A solidão assomada à saudade da terra natal e falta de redes de solidariedade no entorno podem ter contribuído para o suicídio. O enterro inaugurou o cemitério dos japoneses, na Colônia Modelo de Andirá.

No ano seguinte, 1939, era deflagrada a Segunda Guerra Mundial e o Brasil acabou envolvido a partir de controvérsias. Até antes da entrada dos Aliados na batalha, Getúlio Vargas era simpático a Hitler e, logo sabedor de que o Japão era combatente junto da Alemanha, manteve-se firme no contexto de apoio ao Eixo.

Três anos depois, todavia, aliou-se a EUA, França e Rússia e, por conta disso, imigrantes japoneses na Amazônia perderam proteção e passaram a ser perseguidos pelo Estado Brasileiro. Campanhas antinipônicas foram organizadas e objetivou-se a perseguição moral e física a imigrantes situados em beiradões amazônicos.

Em 1942, o comando do Exército brasileiro percorreu o rio Amazonas desde Manaus em busca de japoneses. Foi da capital do Estado até Parintins. Segundo

Massato Missono, na embocadura leste do Paraná do Albano, no Baixo Amazonas, Fukue Missono, seu pai, que trabalhava no beneficiamento de juta, foi alvo de campanhas difamatórias e perseguições manifestas.

A exemplo de Massato, Kunimune, que se encontrava em Primor, por pouco não foi preso por militares. A mulher dele, Rosa Maia, escondeu Kunimune no quarto do casal quando a residência foi tomada. Foram confiscados instrumentos de trabalho e utensílios domésticos. O comandante tentou prender Kunimune e forçou a entrada na residência. Rosa Maia argumentou com a filha Adevanir nos braços.

Comandante, o senhor pode levar tudo o que houver em minha casa, mas não leve meus pratos, nem minhas panelas e, principalmente, a minha faca de cozinha. Se levar, como então vou cortar e coser a comida para os meus filhos e para meu marido? E mais, comandante, eu sei que o senhor também é filho, é marido, é pai e, mais que tudo, é homem honrado. Então eu lhe peço: comandante, em nome da sua honra não invada a minha casa! (MILTON GOMES e LACIR DA SILVA, Entrevista de Campo, 2014).

Tendo confrontado o comandante, Rosa Maia calou-se sem se afastar da porta da casa. O Exército parou por instante. O comandante deu ordem de meia-volta e foi embora. Retornando a Parintins, foram realizadas ações e koutakuseis oriundos de Vila Amazônia e Colônia foram presos. À detenção, seguiram-se humilhações por causa da nacionalidade dos imigrantes.

Após 1945, ordens contra japoneses ficaram mais rígidas no Médio e Baixo Amazonas. Os que moravam no entorno da Colônia Modelo de Andirá, se quisessem ir a Parintins, tinham de tirar licença em Barreirinha, município vizinho; aos que estivessem em Parintins e quisessem ir a Barreirinha, tinham que obter visto na sede parintinense. Entre as proibições, não se podia usar dinheiro brasileiro.

Aspectos complicadores foram o impedimento para se comprar remédios, vestuários, calçados e comida sem permissão em mercadinhos da localidade. Em Barreira do Andirá, caboclos se amotinaram na tentativa de fazer frente às perseguições e, mesmo correndo risco de serem acusados de traição, colocaram-se ao lado de japoneses.

A defesa a nipônicos rendeu polêmicas relacionadas à ligação dos amazônidas da região do Médio e Baixo Amazonas aos imigrantes. Questionou-se em que medida o crime de apoio a inimigos, caracterizado pelo partidatismo aos estrangeiros, podia ser cometido por brasileiros? Como alguém podia defender

partners de Hitler e Mussolini na guerra? Por que a defesa ocorria, já que se tratavam de japoneses?

Foram perguntas inquietantes que tenderam, na época, a ser orientadas em função de contingências históricas, a partir das quais pessoas de fora da Amazônia inquiriram sobre escolhas feitas localmente – entre elas a de apoio a japoneses – sem atentar a vieses territoriais e simbólicos distribuídos no contexto de modos de vida operados na Colônia Modelo de Andirá.

A Colônia, após a Segunda Grande Guerra, não durou muito. O construto de irmandade que vinha sendo marcado junto a imigrantes declinou com a vitória dos Aliados e sanções imputadas aos japoneses no Brasil se seguiram. Resultado da ação foi que cada estrangeiro oriental teve de procurar espaço em sedes municipais ou zonas rurais individualmente.

O abandono da Colônia

Além da questão da juta, que começou a ser plantada no assentamento colonial a partir de 1933, em 1942 iniciaram-se perseguições e criminalização a japoneses que estavam no Baixo Amazonas, orientadas a partir da política de Getúlio Vargas e mediada pelos rumos da 2ª Guerra Mundial em favor dos Aliados (EUA, França e URSS).

A Colônia Modelo de Andirá foi paulatinamente abandonada por causa da indisposição de nipônicos em se manterem na situação de dependência econômica dentro do assentamento colonial.

Com autonomia para o plantio, mas sem terra boa para plantar, e considerando que a meta era finalizar a estrada para o escoamento da produção que se supunha viria a ser efetivada, parte deles procurou ter o próprio negócio fora dos limites da Colônia.

Em alguma medida, japoneses foram para o Estado do Pará em busca de riquezas referentes ao cultivo da pimenta-do-reino em face à arrumação social ora disposta, situando-se como exportadores da especiaria para demais regiões do Brasil e até mesmo a países estrangeiros.

Ao saírem do assentamento Modelo de Andirá, koutakuseis investiram em fixar-se em locais estratégicos da Amazônia fronteiriça (Amazonas-Pará). Esses locais, em seu âmbito rural, foram i) embocaduras de rios, ii) proximidades de lagos

produtores de pirarucu, iii) várzeas de restingas altas, objetivando boa colheita de juta e iv) povoados com baixíssima taxa populacional.

Os que optaram em ir para sedes urbanas de municípios fixaram-se abrindo comércios varejistas ou atacadistas, fabricando localmente ou revendendo produtos diversos comprados de fora da Amazônia, itens de regatões ou produtos construídos por artífices especializados mediante uso da natureza.

O benefício a partir de iguarias naturais alcançou o refrigerante de guaraná (Guaraná Oriental/Kimura) e o café (Café Delícia/Taketomi). No contexto do transporte hidroviário (Balsa Hidroviária/Taketomi) e da pecuária (Carne de Búfalo/Taketomi), o comércio prosperou, não sem degradação ambiental.

Com a debandada de imigrantes, a colônia ruiu socialmente em razão da desterritorialização operada, uma desterritorialização que apartava de um mesmo espaço populações em estado de convivência comum e que dividia igualmente espaços comuns em função de propostas coletivas (SPOSITO, 2004).

Destarte a perspectiva inicial para a produtividade da juta, a regulação de territórios, imputando a imigrantes saída compulsória de áreas em razão de conflito iminente por causa da guerra, acelerou a derrocada da Colônia Modelo de Andirá.

Considerações finais

A Colônia Modelo de Andirá foi a mais importante tentativa de se arranjar parceria entre brasileiros e japoneses na Amazônia na primeira metade do século XX. Todavia, a 2ª Guerra Mundial impediu a manutenção do projeto, que foi abandonado no ano de 1945. A pressuposição de se construir assentamento que pudesse agrupar estrangeiros e amazônidas de forma associativa, em vista de cultivo baseado na produção intensa de grãos, não teve êxito como o planejado, mas gerou perspectiva de cooperação que mais tarde foi concretizada com efetividade e atualmente conta com grande implicação na economia estadual.

Sobre a cooperação, ela tem se dado desde os primeiros anos da década de 1960 e foi consolidada mediante a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967, nas áreas industrial e comercial. Longe da cristalização primeira de parceria para assentamento rural, a ZFM foi criada como entreposto comercial e serviu também, de início, de centro de manufatura dentro da Amazônia para produtos eletroeletrônicos mundiais e não apenas japoneses. Por conta da ZFM, materiais

são montados e vendidos com reduzida carga de imposto e fácil aceitação popular há mais de 45 anos.

A partir de 1990, parcerias industriais e comerciais foram ampliadas. Instalaram-se centros de atração de tecnologia, transporte e inovação no lugar de fábricas de montagem de peças na ZFM. Esses centros receberam aportes financeiros federais e estaduais e passaram a ser arrumados para se tornarem aglomerados geradores de T&I. A intenção foi conseguida quando se começou a denominar a ZFM de Polo Industrial de Manaus (PIM), em meados dos anos 1990, o que permanece nos dias que seguem.

Hoje, o governo federal concede isenção de impostos para o PIM, com destacada referência a Produtos Industrializados (IPI), Importação (II), Renda (IR), Financiamento de Seguridade Social (Cofins) e Integração Social (PIS). Em nível estadual, há incentivos parciais ou totais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O dinheiro que se deixa de arrecadar com a renúncia fiscal e via demais tributos é conseguido no conjunto de totalidades de trocas comerciais.

O PIM tem sido eficiente em gerar finanças, mas a distribuição de renda em razão da verba captada e reinvestida pelos governos estadual e federal no Amazonas a partir do polo, e mesmo na Amazônia como um todo, é passível de questionamento, assim como ocorre com referência à consolidação de assentamentos produtivos baseados na Colônia Modelo de Andirá.

O que restou da Colônia após 1945 foram: i) plantios de guaraná, que viraram cipoais dentro de mata secundária, ii) coleta de timbó, utilizado por povos tradicionais para despejo na água de rios, objetivando a coleta de peixes – e esses plantios de igual modo viraram cipoais, e iii) plantios de touças de bambus, localizadas ao longo da estrada dos japoneses, no entorno de cacimbas cavadas da Boca do Rio Andirá, pertencente ao município de Barreirinha e à região de Santa Luzia (atual comunidade do Marauaru, pertencente ao município de Parintins), no Rio Uaicurapá.

Ficaram também ruínas de edificações da época quando existiu o entreposto administrativo da Colônia e o cemitério dos japoneses. Na Vila de Barreira do Andirá restaram residências desocupadas de imigrantes, que com o início das hostilidades se mudaram e foram constituir a vida em outros municípios ou Estados. Algumas das

casas foram adquiridas por caboclos e demolidas para que símbolos e ícones da perseguição não pudessem ser identificados.

A demolição representou o encerramento de perspectiva agregadora e de integração social para a produção no Baixo Amazonas, Amazônia brasileira, a partir de um assentamento multiétnico, que seria formado e orientado em função de culturas alternadas e correlacionadas entre si mediante o trabalho. Hoje, na Amazônia contemporânea, o consórcio de atividades tem sido retomado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Quintais agroflorestais estão substituindo monoculturas, sendo a agricultura familiar um dos pilares dessa retomada e assentamentos estão contribuindo na formação da produção no bioma. A Colônia segue abandonada, lembrada em ruínas, somente.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. 6a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho)
- AMAZONAS, Associação Koutaku do. A saga dos koutakuseis no Amazonas – uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso. Manaus, 2011.
- BARRERA, Manoel. Distinctions between social support concepts, measures, and models. *American Journal of Community Psychology*, EUA, v. 14, n. 4, p. 413-445, Aug. 1986.
- KEGAMI, Antão Shinobu. A fibra e o sonho. São Paulo – SP – Brasil, 2009.
- BLAU, Peter. Exchange and power in social life. New York: Wiley, 1964.
- CHOMSKY, Noam. A luta de classes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- DOWD, James. Aging as exchange: a preface to theory. *Journal of Gerontology*, EUA, v. 30, n. 5, p. 584–594, Sept. 1975.
- FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003.
- GEORGE, Linda. Social factors and illness, In: BINSTOCK, R.; GEORGE, L. (Ed.). *Handbook of aging and social sciences*. New York: Academic Press, 1996. p. 229–252.
- LESSA, Sergio. Trabalho, sociabilidade e individuação. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 231-246, 2006.

MANDEL, Ernest. Marx, la crise actuelle et l'avenir du travail humain. Quatrième Internationale, 2:10-11, 1986.

MUTO, Reiko. O Japão na Amazônia – Condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses. Universidade Federal do Pará, 2010.

UYETSUKA, Yoshio. Currículo de Tsukasa Uyetsuka. Japão, 2001.

PILLEMER, Karl, GLASGOW, Nina. Social integration and aging: background and trends. In: PILLEMER, K.; MOEN, P.; WETHINGTON, E.; GLASGOW, N. (Ed.). Social integration in the Second half of life. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

SÁ, Michele Eduarda Brasil de. A Imigração Japonesa no Amazonas à luz da teoria das Relações Internacionais. / Manaus, EDUA, 2010.

SILVAN, Denison. Trabalho e relações de trabalho na Mineração Taboca. Denison Silvan Menezes da Silva. Manaus: UFAM, 2009. 100 f.; il. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.) Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

Entrevistados (caboclos):

Lacir da Silva (o Baixote);
Milton Gomes (o Fura bucho);
Clarinda Gonçalves (Dona Clara);
Francisco Brás (o Chico Brás).

Entrevistados (descendentes de imigrantes japoneses):

Aderbal Kunimune;
Antão Ikegami;
Armando Massato Missono;